

A QUALIDADE DO EMPREGO RURAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS EM 2009: DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES

The quality of the rural job in brazilian metropolitan areas in 2009 from a gender perspective

Nelly Maria Sansigolo Figueiredo

Doutora em Economia Agrária pela ESALQ/USP, Brasil. Docente da Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil. E-mail: nelly.figueiredo@puc-campinas.edu.br

Bruna Angela Branchi

Doutora em Economia Política pela Università degli Studi di Pavia, Itália. Docente da Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil. E-mail: bruna.branchi@puc-campinas.edu.br

Taciana Leticia Boveloni

Graduanda em Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Bolsista PIBIC/CNPq 2011-2012.
E-mail: taci_boveloni@hotmail.com

Resumo: Este artigo visa analisar a diferença da qualidade do emprego no meio rural entre homens e mulheres nas regiões metropolitanas (RM) brasileiras em 2009. Também busca investigar as diferenças da qualidade do emprego por tipo de rural, contrastando o rural das metrópoles com o das demais áreas rurais dos estados a que pertencem as RMs. Nesse aspecto, além das diferenças de gênero, espera-se que as condições específicas do rural metropolitano se reflitam sobre a qualidade do emprego rural, e em particular, sobre as oportunidades de trabalho e renda da mulher. Após uma discussão dos indicadores socioeconômicos da população estudada, são calculados índices da qualidade do emprego que sintetizam aspectos associados à formalidade, rendimentos e auxílios recebidos. São analisados os empregados rurais segundo sua atividade no trabalho principal, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009. Pelos resultados, a qualidade do emprego feminino é inferior ao do emprego masculino, especialmente no quesito da remuneração, e as diferenças por tipo de rural indicam que os empregados do rural não metropolitano, e de forma mais grave a mulher empregada nesse espaço, desfrutam de pior qualidade do emprego.

Palavras-chave: Gênero. Mercado de Trabalho. Rural Metropolitano.

Abstract: This article aims to analyze the quality of the occupation of the rural employees in nine Brazilian metropolitan areas (RM) in 2009, taking a gender approach. It also aims to compare the quality of rural jobs in the rural metropolitan area with that in non-metropolitan rural area. Given the singularity of the metropolitan rural space it is expected that its specific conditions affect the quality of the rural jobs. After describing the socioeconomic profile of these groups, job quality indexes are calculated. These indexes are synthetic measures that summarize variables related to formality, income and other benefits received by the worker. The analysis focuses on the rural worker according to its primary occupation based on the micro data of the 2009 National Household Sample Survey (PNAD) from IBGE (Brazilian Geography and Statistics Institute). According to our results, the quality of the rural jobs is worse for women, especially when dealing with job formality and earnings. The value of those indexes is worse in the non-metropolitan rural space, being particularly lower among the female workers in this area.

Key words: Gender. Labor Market. Metropolitan Rural Area.

1 Introdução

Estudos sobre as transformações do rural¹ e do rural brasileiro nas últimas décadas apontam para o estreitamento das relações entre o rural e o urbano, configurando-se num *continuum* rural-urbano e em uma nova ruralidade², ou seja apontam para transformações tanto econômicas quanto sociais e culturais que aproximam os dois espaços. Para o trabalhador residente no meio rural, isso se traduz na ampliação das oportunidades de ocupação, além do tradicional setor agrícola.

Frente a essas transformações, vários trabalhos têm analisado o emprego rural, e, especificamente sobre a qualidade do emprego, Balsadi e Graziano da Silva (2008) tratam do trabalho agrícola e não agrícola dos residentes rurais, observando o meio rural como um todo. Outros autores analisaram essa questão apenas para o rural não metropolitano (BALSADI, 2000; NASCIMENTO *et al.*, 2008), enquanto que em Figueiredo *et al.* (2012) são contrastados o rural metropolitano e não metropolitano. O presente trabalho amplia esse enfoque analisando a qualidade do emprego dos residentes rurais nas regiões metropolitanas e não metropolitanas, de acordo com o sexo do trabalhador, com a finalidade de verificar como a proximidade aos grandes centros urbanos influencia a qualidade do emprego das trabalhadoras rurais.

Nesse aspecto, pode-se esperar que a maior proximidade da metrópole influencie favoravelmente as condições de trabalho e renda para os trabalhadores rurais, pela maior diversificação de oportunidades de ocupação nas metrópoles. É de esperar, também, que as diferenças entre homens

e mulheres relativas à sua atividade produtiva sejam menores no rural metropolitano, tendo em vista que o ambiente urbano concorreria para uma formalização maior do trabalhador, favorecendo critérios mais objetivos de valoração do trabalho, independente do sexo do trabalhador.

Nesse contexto, este trabalho visa estudar as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho rural, com ênfase na qualidade do emprego em duas situações de rural: o rural metropolitano (constrito às nove regiões metropolitanas oficialmente reconhecidas pelo IBGE - São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém), e o rural não metropolitano (compreendido pelas demais áreas rurais das respectivas unidades federativas). O intuito, aqui, é identificar em quais aspectos as condições de trabalho, renda e qualidade do emprego da população economicamente ativa (PEA) rural feminina metropolitana se assemelham ou diferem da não metropolitana. Para isso, inicialmente é feita uma caracterização da PEA rural metropolitana e não metropolitana segundo o sexo, abordando aspectos socioeconômicos associados ao trabalho e à renda. Em seguida, tendo como referência os critérios indicados por Balsadi (2000), são calculados índices de qualidade do emprego dos trabalhadores com residência rural, segundo o sexo do trabalhador e o tipo de rural. Esses índices são calculados com base em três indicadores da qualidade do emprego – remuneração, grau de formalização e auxílios ao trabalhador –, visando oferecer uma medida sintética da qualidade do emprego que vai além da simples diferença nas remunerações.

Pelo contraste da situação dos trabalhadores nesses dois espaços rurais busca-se verificar se a proximidade com a metrópole favorece a qualidade do emprego e como ela afeta diferentemente homens e mulheres da PEA rural.

O trabalho está organizado da seguinte forma: após esta introdução, é feita uma revisão bibliográfica sobre o tema, seguindo-se uma descrição da metodologia do trabalho e cálculo dos índices de qualidade do emprego. Após a apresentação e discussão dos resultados empíricos do trabalho, são apresentadas algumas considerações finais.

2 Revisão da literatura

Nas últimas décadas observou-se uma contração do peso do setor agrícola na ocupação dos re-

1 O conceito de rural envolve a noção de território, ou seja, o espaço rural onde as pessoas vivem e estabelecem relações sociais e econômicas inclusive de trabalho, ocupando-se em atividades agrícolas e não agrícolas nesse mesmo espaço, ou em atividades não agrícolas no meio urbano. Dessa forma, o conceito de rural não deve ser confundido com agrícola, identificado como setor de atividade ou mercado. Uma síntese do debate sobre a definição e as características do rural, tanto em economia quanto em sociologia, pode ser encontrada no primeiro capítulo de Kageyama (2008).

2 Veiga (2006) identifica a ruralidade segundo dez pontos, entre os quais se destacam a diversidade das atividades e de atores, a importância do meio ambiente e os novos papéis dos agricultores na gestão dos recursos naturais do meio rural. Wanderley (2000) aponta seis elementos como característicos dessa nova ruralidade: diversificação social; estabelecimento de relações de complementaridade com o urbano; crescimento demográfico; modernização rural; valorização do patrimônio natural e cultural dessas localidades e novos papéis para os agricultores, que se tornam polivalentes e pluriativos.

sidentes rurais, simultaneamente a um aumento da importância relativa dos outros setores. Além disso, é crescente a participação dos empregos temporários agrícolas, sendo que ambas tendências decorrem tanto das mudanças técnicas quanto do perfil do residente rural (GROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2006).

De um lado, as transformações técnicas ocorridas no setor agropecuário reduziram a demanda por mão de obra e favoreceram a terceirização de algumas fases do processo de produção. Isso modificou as oportunidades de emprego dos trabalhadores rurais, que registraram um crescimento da ocupação em atividades não agrícolas. Do outro, a diversificação setorial da ocupação dos residentes rurais é o reflexo da escolha individual de morar no meio rural, tomada tanto por aquelas pessoas de renda mais elevada em busca de lugares mais tranquilos e em contato com a natureza, bem como por pessoas de menor renda, em busca de locais de moradia com preços mais acessíveis. Para esses “novos” residentes rurais a experiência de trabalho não esteve necessariamente relacionada ao setor agrícola.

Essa mudança no perfil setorial do trabalhador rural e as novas oportunidades de trabalho e renda no próprio meio rural estimularam estudos para avaliar a qualidade do emprego dos residentes rurais, muitas vezes excluindo da análise o rural metropolitano.

Nesse conjunto de estudos, Balsadi (2000) desenvolveu uma pesquisa sobre a qualidade do emprego no meio rural (não metropolitano) brasileiro, a partir de índices de qualidade do emprego (IQE), abordando também as diferenças de gênero. Analisando todas as ocupações agrícolas enumeradas pela PNAD, esse autor observa que em todas elas os homens representam a maioria, sendo que a posição de “membro não remunerado da família” é a única ocupação em que há predominância feminina. A participação feminina aumenta nas ocupações não agrícolas. As principais ocupações no meio rural são: prestação de serviços, indústria de transformação, construção, comércio de mercadorias, transportes, comunicação e emprego doméstico. Em 1998, 25% dos indivíduos da PEA rural tinham como atividade a prestação de serviços domésticos.

Estudando a qualidade do emprego na agricultura, no período 1992-2004, Balsadi e Graziano da Silva (2008) contrapõem o emprego temporário e

o permanente. Chegam à conclusão que as melhores condições de emprego se encontram nas culturas mais dinâmicas e destinadas ao comércio exterior e, a paridade da cultura, os assalariados com emprego permanente se encontram em melhores condições do que os com emprego temporário.

Para o rural não metropolitano da Região Sul nos anos 2002-2005, Nascimento *et al.* (2008) analisaram a qualidade do emprego a partir de índices de qualidade do emprego, tendo constatado o melhor qualidade do trabalho dos empregados rurais não-agrícolas, sejam eles homens ou mulheres. Para essas últimas, quando ocupadas em Serviços Domésticos, a qualidade do emprego é inferior à das demais ocupações não agrícolas, mas, ainda assim, é mais favorável do que a encontrada entre as mulheres ocupadas no trabalho agrícola temporário, o que leva os autores a notar que “a despeito da precariedade dessa atividade, é melhor ser doméstica do que boia-fria/volante” (NASCIMENTO *et al.*, 2008, p. 18).

Estudando o emprego rural no Brasil em 2004 e 2009, Figueiredo *et al.* (2012b) avaliam a qualidade do emprego segundo o sexo do trabalhador. Refletindo as tendências mais gerais, as mulheres residentes rurais registraram, nesse intervalo, um aumento do nível de escolaridade maior do que os homens, enquanto que foi observada uma diminuição do diferencial de remuneração por sexo. No entanto, como resultado geral, o IQE masculino se manteve superior ao feminino, e os avanços registrados no IQE masculino foram superiores aos encontrados entre as trabalhadoras rurais. O elemento que limitou o maior avanço da qualidade do emprego feminino foi o diferencial de remuneração entre homens e mulheres residentes rurais.

Um fator que pode contribuir para o perfil do emprego da PEA rural é a proximidade física do espaço rural com os grandes centros urbanos, já que essa proximidade cria condições diferenciadas de acesso ao mercado de trabalho, além de influenciar, entre os rurícolas, a adoção de hábitos culturais e de consumo mais próximos aos urbanos. De particular interesse seria entender como os residentes no rural metropolitano se inserem no mercado de trabalho, e se nesse contexto as mulheres usufruem de melhores condições de emprego e renda.

A literatura apresenta poucos estudos sobre o rural metropolitano, e este espaço sofre de certa invisibilidade na formulação de políticas públicas,

como apontado por Santos *et al.* (2004). Pesquisas recentes sobre regiões metropolitanas específicas ou sobre o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras têm buscado delinear o perfil demográfico e socioeconômico das famílias e indivíduos residentes nesses rurais metropolitanos. Pelos resultados desses estudos, constata-se que o rural metropolitano tem estrutura e dinâmica próprias.

Num estudo do rural da Região Metropolitana de Curitiba, Santos *et al.* (2004) focam nas especificidades físicas e sociais desse rural, na sua interação com a metrópole e com outras áreas rurais, e discutem as mudanças ocorridas nas últimas décadas especialmente no que tange ao setor agrícola. Na área rural mais próxima a Curitiba prevalece a pequena propriedade familiar, enquanto que os “municípios mais distantes da capital, pouco integrados à sua lógica, apresentam maior concentração fundiária, fabricam produtos de menor valor de mercado e possuem condições de vida mais precárias” (SANTOS *et al.*, 2004, p. 24)

Arraes e Aroni (2008) numa abordagem sociológica observam o rural da Região Metropolitana de Campinas, classificando 61 famílias residentes no rural metropolitano segundo o gênero, a ocupação dos membros ativos dessas famílias, a idade e a faixa de renda, buscando mostrar a influência que o grande centro urbano exerce sobre a atividade produtiva desses residentes rurais.

Também focando a Região Metropolitana de Campinas, Figueiredo e Oliveira e Silva (2008) traçam um perfil da população economicamente ativa no rural metropolitano, com base no Censo Demográfico de 2000, encontrando que pouco mais de 1/3 dos trabalhadores tem atividade principal no setor agrícola, destacando-se nesse caso o perfil “pluriativo” desse residente. Esse trabalhador apresenta um nível de escolaridade baixo e conseqüentemente baixo rendimento e elevada informalidade.

Estudando o rural da Região Metropolitana de São Paulo, Figueiredo *et al.* (2012a) observaram que, entre os chefes de famílias rurais dessa região metropolitana, menos que 5% estavam ocupados no setor agrícola em 2008, contra 52% dos chefes de famílias rurais do restante do Estado. O perfil das famílias rurais dessa região metropolitana, comparativamente às demais áreas rurais do estado de São Paulo, sugere que o rural metropolitano é eminentemente não agrícola, constituído por famílias com maior presença de jovens, maior esco-

laridade, empregos formais e acesso a itens como água encanada. No entanto, diferentemente do esperado, essas famílias estão em piores condições quanto à renda e pobreza comparativamente às famílias rurais não metropolitanas. As autoras concluem que “a proximidade com a metrópole, apesar de oferecer algumas vantagens para as famílias rurais não representa uma integração rural-urbana, uma vez que a ruralidade da família em torno da ocupação agrícola e da agricultura familiar está muito distante desse grupo” (grupo de famílias rurais da Região Metropolitana de São Paulo), levando à conclusão de que não é qualquer urbanização que leva ao desenvolvimento rural, mas sim aquela geograficamente descentralizada (FIGUEIREDO *et al.* 2012a, p. 158).

Ampliando a análise ao rural metropolitano do Estado de São Paulo, ou seja ao rural das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e da Baixada Santista³, Branchi e Figueiredo (2012) contrastam as estratégias das famílias segundo o sexo do responsável pelas mesmas. Os resultados indicam que no rural metropolitano o peso da ocupação no setor agrícola diminui, ampliando as oportunidades de trabalho nos setores da indústria de transformação, comércio e construção civil. Em geral, a proximidade ao grande centro urbano parece ter favorecido mais fortemente as famílias com chefia masculina. No caso das famílias rurais metropolitanas que tinham uma mulher como responsável, foi observado um aumento da taxa de desocupação e a informalidade entre seus membros. Para as mulheres como um todo, a taxa de desocupação é sempre maior e a renda média per capita é menor, em uma comparação com as famílias com chefia masculina. Ainda no grupo das famílias com responsáveis mulheres, foi observado que o rendimento médio per capita é menor no rural não metropolitano. Portanto, neste último grupo – famílias com chefia feminina do rural não metropolitano - se registra a maior proporção de pobres e indigentes. Enfim, no rural metropolitano aumenta a desigualdade na distribuição de renda, porém, nesse caso, o incremento é mais evidente entre as famílias com chefia masculina.

Considerando o espaço rural das nove Regiões Metropolitanas oficiais brasileiras em 2009, grupadas em três regiões – Norte/Nordeste; Sudeste e Sul - Figueiredo e Branchi (2011) observam que

³ Essas três eram as regiões metropolitanas do Estado de São Paulo em 2010, ano de referência do estudo.

em geral as famílias residentes no rural metropolitano apresentavam, em média, maior nível de escolaridade do que aquelas residentes no rural não metropolitano. Nelas, o peso das atividades ligadas ao setor agrícola era menor, e a renda média per capita, mais elevada. Porém há claras diferenças entre as regiões estudadas, sendo o rural metropolitano da Região Sul aquele onde o peso do setor agrícola é maior. Nessa região ¼ das famílias tem todos os membros ocupados no setor agrícola, e 54% não têm nenhuma relação com o setor agrícola, contra o 78,2% das famílias do rural metropolitano do Sudeste e 57,5% do Norte e Nordeste. As melhores condições de emprego, renda e condições de vida encontram-se também na Região Sul.

Pelo presente trabalho pretende-se contribuir para entender as diferenças da qualidade do emprego entre homens e mulheres residentes no meio rural no Brasil em dois tipos de área rural. Pela comparação da qualidade do emprego nesses dois espaços, o trabalho busca fornecer subsídios para melhor entender como a localização pode afetar as condições de emprego e renda no rural brasileiro.

3 Metodologia

A base de dados é fornecida pelos microdados da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As análises estatísticas são feitas ponderando-se a amostra pelos fatores de expansão (peso da pessoa) fornecidos pela PNAD para cada ano, sendo que a extração dos dados e a análise estatística exploratória das informações foram realizadas com o apoio do *software* SPSS.

O estudo foi desenvolvido para o conjunto das pessoas ocupadas na posição de “empregado” residentes no meio rural das nove regiões metropolitanas brasileiras oficialmente reconhecidas pelo IBGE, as quais são pesquisadas pela PNAD: Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. Esse espaço é caracterizado, neste estudo como “rural metropolitano”. Como contraponto, foi estudada a população rural das demais áreas rurais das unidades federativas a que pertencem essas regiões metropolitanas, espaço este denominado neste estudo por “rural não metropolitano”. Segundo a PNAD, a população rural no conjunto das respectivas nove unidades federativas em 2009 é de

19.498.261 milhões de pessoas, sendo 1.831.209 indivíduos pertencentes ao rural metropolitano.

A definição de rural se baseia na classificação do Censo Demográfico de 2000, que segue a delimitação legal da área urbana à época da realização do censo⁴. Além dessa classificação legal, o IBGE utiliza oito classes de localização, sendo três para a população urbana e cinco para a população rural. Especificamente para a população rural, o IBGE define as seguintes classes de localização: 1) aglomerado de extensão urbana, localizado fora do perímetro urbano, de caráter urbano; 2) povoado, que é o aglomerado rural isolado que oferece um número mínimo de serviços ou equipamentos; 3) núcleo, que é o aglomerado rural isolado de caráter privado ou empresarial, vinculado a um único proprietário do solo que dispõe de serviços e equipamentos; 4) outros aglomerados que não dispõem de um mínimo de serviços ou equipamentos; 5) área rural exceto aglomerado. Neste trabalho a população rural inclui os habitantes dessas cinco localizações.

As pessoas ocupadas incluem os indivíduos que com 10 anos ou mais de idade que trabalharam ou estiveram temporariamente afastadas do trabalho na semana de referência da PNAD. Vale lembrar que segundo o IBGE os ocupados são classificados nas seguintes categorias: 1) Empregado (pessoa que trabalha para um empregador recebendo uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento, com carteira assinada ou não, sendo que os empregados domésticos são tratados como uma categoria distinta); 2) Trabalhador doméstico, com ou sem carteira de trabalho assinada; 3) Conta-própria (trabalha conduzindo seu próprio empreendimento, sem contar com a ajuda de empregado remunerado); 4) Empregador (trabalha no próprio empreendimento, com pelo menos um empregado remunerado); 5) Trabalhador não remunerado (membro da família ou não); 6) Trabalhador na produção para o próprio consumo; e, 7) Trabalhador na construção para o próprio uso (IBGE, 2009:12).

Este estudo focaliza especificamente o Empregado, o Trabalhador doméstico e o Trabalhador não remunerado, os quais serão referidos neste trabalho como “empregados”. Essa seleção segue o proce-

4 Dessa forma, os resultados “não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio.” (PNAD 2008 Notas metodológicas, p. 10).

dimento de outros trabalhos (BALSADI, 2000; FIGUEIREDO *et al.*, 2012b) e se justifica pelo fato de que para contas-própria e empregadores é difícil caracterizar as ocupações exercidas. Por outro lado, as atividades de produção para consumo próprio e construção para próprio uso não são suficientemente caracterizadas como atividade econômica regular, tornando-se difícil avaliar a qualidade do emprego nessas situações. Diferentemente dos estudos mencionados acima, neste trabalho são incluídos os empregados não remunerados, independente da jornada de trabalho exercida⁵. Além disso, não estão incluídos na amostra os empregados com atividade mal definida no trabalho principal, e aqueles para os quais não se dispunha de informações completas sobre rendimentos.

O conjunto de empregados rurais, após a expansão pelo peso do indivíduo fornecido pelo IBGE, é constituído por 5.920.803 indivíduos, que são analisados segundo o sexo (mulher / homem) e tipo de rural (rural metropolitano / rural não metropolitano).

São estudados alguns indicadores socioeconômicos, incluindo ocupação, posição na ocupação, setor de atividade, escolaridade média, taxa de alfabetização, grau de formalização no trabalho, e as fontes de rendimento do empregado, com ênfase no rendimento do trabalho principal, que é responsável por mais de 90% da renda dos empregados rurais em três dos quatro cortes populacionais estudados. São calculados indicadores da distribuição dos rendimentos no trabalho principal: a) proporção de empregados que recebem menos de 1 salário mínimo mensal; b) proporção de empregados que recebem menos de 1/2 salário mínimo mensal; c) proporção de empregados que recebem menos de 1/4 salário mínimo mensal; e, d) desigualdade de rendimentos no trabalho principal, dada pelo índice de Gini⁶. As análises são sempre desenvolvidas comparando-se os cortes de tipo de rural e sexo do trabalhador.

Visando captar aspectos associados à pobreza que não o monetário, foram analisadas as condições de higiene, salubridade e acesso a bens duráveis básicos no domicílio rural em que vivem os empregados, incluindo os seguintes indicadores: proporção de famílias com água encanada em pelo menos um cômodo; proporção de famílias com instalação sa-

nitária ou banheiro no domicílio ou propriedade; proporção de famílias com rede coletora de esgoto ou fossa séptica; proporção de famílias residentes em domicílios com luz elétrica; proporção de famílias em domicílios com geladeira; e proporção de famílias em domicílios com telefone fixo ou celular. Com esses indicadores foi calculado um índice de nível de vida rural em cada espaço rural, dado pela média desses indicadores, conforme proposto em Kageyama (2008: 172-173).

Índice de Qualidade do Emprego (IQE)

Para analisar a qualidade do emprego rural, foram calculados Índices de Qualidade do Emprego, de acordo com os critérios utilizados por Kageyama e Reher (1993), que focalizam as características do emprego com base no trabalho principal do empregado. Inicialmente, são calculados índices parciais que expressam três dimensões: grau de formalidade no emprego (IP_FORMAL); rendimento no trabalho principal (IP_REND) e auxílios recebidos pelo empregado na execução do trabalho principal (IP_AUX).

O índice IP_FORMAL é dado pela média das seguintes variáveis: a) proporção de empregados com idade acima de 15 anos, que expressa uma situação de ocupação sem o trabalho infantil; b) proporção de empregados com jornada semanal de até 44 horas, o que corresponde à participação dos empregados sem sobretrabalho; c) proporção de empregados com carteira assinada; e, d) proporção de empregados contribuintes da Previdência Social, sendo que os dois últimos itens expressam aspectos legais da formalização.

O índice IP_REND é dado pela média das variáveis: a) rendimento médio mensal padronizado; e, b) proporção de empregados com remuneração mínima acima de um salário mínimo de 2009 (R\$465,00). A padronização do rendimento médio foi feita pela fórmula $[(X - X_{\min}) / (X_{\max} - X_{\min})] * 100$, e nesse caso, o menor valor do rendimento médio do conjunto das categorias estudadas vale 0, e o rendimento máximo dessas categorias vale 100.

O índice IP_AUX é dado pela média das variáveis: a) proporção de empregados que recebiam auxílio moradia; b) proporção de empregados que recebiam auxílio alimentação; c) % de empregados que recebiam auxílio transporte; d) proporção de empregados que recebiam auxílio educação; e, e) proporção de empregados que re-

⁵ Em Balsadi (2000) e Figueiredo *et al.* (2012_b) são excluídas da amostra as pessoas ocupadas sem remuneração com jornada de trabalho diária inferior a 15 horas.

⁶ Sobre esses indicadores, consultar Hoffmann (1998).

cebiam auxílio saúde.

A partir desses índices parciais, são propostos três índices de qualidade do emprego (IQE) apresentados abaixo: o primeiro, obtido pela média aritmética dos três índices parciais, e os dois últimos ponderando esses índices parciais, de forma a dar maior peso para o rendimento. Note-se que, como aponta Balsadi (2000) essa ponderação apresenta certo grau de arbitrariedade na sua construção, portanto, as três medidas podem oferecer indicações complementares sobre a qualidade do emprego entre os trabalhadores residentes rurais.

$$IQE = 1/3 \text{ TRAB_FORMAL} + 1/3 \text{ TRAB_REND} + 1/3 \text{ TRAB_AUX}$$

$$IQE^* = 0,4 \text{ TRAB_FORMAL} + 0,4 \text{ TRAB_REND} + 0,2 \text{ TRAB_AUX}$$

$$IQE^{**} = 0,3 \text{ TRAB_FORMAL} + 0,5 \text{ TRAB_REND} + 0,2 \text{ TRAB_AUX}$$

Com base nesses índices serão analisadas as diferenças da qualidade do emprego dos empregados rurais, contrastando-se os resultados segundo o rural metropolitano e não-metropolitano, e segundo o sexo do trabalhador.

4 Resultados

Dos 19,5 milhões de residentes rurais nas nove Unidades da Federação consideradas neste estudo em 2009, cerca de 10,7 milhões pertenciam à população economicamente ativa (PEA), sendo 91,2%, ou 9.763.113 com residência no rural não metropolitano (Tabela 1). Considerando homens e mulheres da PEA rural metropolitana, 8,9% estavam desocupados, resultado que, diferentemente do es-

perado, aponta para maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho neste espaço, comparativamente ao rural não metropolitano, onde foi registrada uma taxa de desocupação de 3%. Os homens possuem maior representatividade na PEA, sendo aproximadamente 6,6 milhões, contra 4,1 milhões de mulheres. As proporções de mulheres desocupadas são substancialmente maiores, particularmente no rural metropolitano onde a taxa de desocupação feminina rural chega a 12,4% em 2009.

Segundo a posição na ocupação, os resultados mostram que, dentro da PEA rural, a categoria dos empregados (pessoa que trabalha para um empregador) era a mais frequente, representando 41,8% no total (Tabela 2). Em sequência, encontram-se os que trabalham por conta-própria, com 24%. No rural metropolitano é observada uma proporção maior de empregados comparativamente às demais categorias. Digna de nota é a alta proporção de empregados que trabalham na produção para consumo próprio e construção para próprio uso, bem como os não remunerados, situação mais crítica no rural não metropolitano e na PEA rural feminina. Aproximadamente 26,2% das mulheres ocupadas no rural não metropolitano não recebiam qualquer remuneração pelo seu trabalho, e 28% desenvolviam atividades para consumo próprio ou construção para uso próprio. Esses dados fornecem um retrato da precariedade do trabalho no meio rural brasileiro e, particularmente do trabalho feminino em 2009.

Tabela 1 – PEA segundo a ocupação por gênero e tipo de área rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

	Feminino		Masculino		Não-Metrop.	Metrop	Total
	Não-Metrop.	Metrop	Não-Metrop.	Metrop			
Ocupados							
Número(mil)	3.548,2	334,1	5.924,0	526,4	9.472,2	860,6	10.332,8
%	95,2	87,6	98,1	93,5	97,0	91,1	96,5
Desocupados							
Número(mil)	177,8	47,3	113,0	36,9	290,9	84,2	375,1
%	4,8	12,4	1,9	6,5	3,0	8,9	3,5
PEA total							
Número (mil)	3.726,0	381,5	6.037,1	563,3	9.763,1	944,8	10.707,9

Fonte: IBGE(2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

Tabela 2 – PEA ocupada segundo a posição na ocupação por gênero e tipo de área rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

	Masculino		Feminino		Não Metrop	Metrop	Total
	Não Metrop	Metrop	Não Metrop	Metrop			
Empregado (%)	32,8	68,2	43,7	65,6	39,6	66,6	41,8
Conta-própria (%)	12,2	15,1	31,5	24,6	24,3	20,9	24,0
Empregador (%)	0,8	2,1	3,4	3,1	2,4	2,7	2,5
Autoconsumo/construção (%)	28,0	8,0	9,7	4,6	16,5	5,9	15,6
Não remunerado (%)	26,2	6,5	11,7	2,3	17,2	3,9	16,1
Nº total de ocupados (mil)	3.548,2	334,1	5.924,0	526,4	9.472,2	860,6	10.332,8

Fonte: IBGE (2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

A amostra dos empregados e dos ocupados não remunerados, selecionada segundo os critérios já descritos anteriormente, resultou em 5.920.803 indivíduos, denominados de forma genérica, neste estudo, por “empregados”. Pela Tabela 3 constata-se que os empregados são relativamente mais jovens no grupo masculino, particularmente no rural não metropolitano, onde a idade média é de 31,6 anos. Nesse tipo de rural as empregadas são, em média, 4,7

anos mais velhas, notando-se maior proporção de mulheres nas faixas de idade mais avançada. Também no rural não metropolitano, é maior a proporção de empregados homens nas faixas etárias de menor idade, indicando uma inserção mais precoce destes no mercado de trabalho. Independente do gênero, o trabalho entre os mais jovens, e entre os mais idosos, é mais frequente no rural não metropolitano.

Tabela 3 – Idade média e proporção dos empregados rurais por faixa de idade segundo o gênero e o tipo de área rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

	Feminino		Masculino	
	Não Metrop.	Metrop	Não Metrop.	Metrop
Idade média (anos)	36,3	35,5	31,6	34,4
Faixas de idade				
10 a 14 (%)	3,2	0,5	6,1	1,5
15 a 25 (%)	22,3	26,4	34,1	26,1
26 a 64 (%)	72,4	71,2	58,5	71,2
65 ou mais (%)	2,1	1,9	1,3	1,2
Total (número)	2.079.751	243.949	3.250.933	346.170

Fonte: IBGE (2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

Quanto à escolaridade dos empregados maiores que 15 anos, constata-se pela Tabela 4 que as mulheres são mais escolarizadas e que, em média, a escolaridade é mais alta no rural metropolitano para ambos os grupos: 8 anos para as mulheres e de 7,4

anos para os homens. A proporção de alfabetizados segue a mesma tendência, sendo maior para as mulheres e nas regiões metropolitanas. É notável o baixo grau de escolaridade de apenas 5,2 anos entre os homens do rural não metropolitano.

Tabela 4 – Alfabetização e escolaridade média dos empregados rurais com mais de 15 anos segundo o gênero e o tipo de área rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

	Feminino		Masculino	
	Não Metrop.	Metrop	Não Metrop.	Metrop
Sabe ler e escrever (%)	88,0	95,6	81,9	94,0
Escolaridade média (anos)	6,3	8,0	5,2	7,4
Total (maiores 15 anos)	2.013.997	242.668	3.052.706	340.941

Fonte: IBGE (2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

Segundo o grupamento de atividade no trabalho principal (Tabela 5), nota-se que a agricultura ainda absorve importantes contingentes de empregados no rural não metropolitano: 68% dos empregados homens e 50% das empregadas. Como esperado, no rural metropolitano é pequena a proporção dos que se ocupam da agricultura, sendo que as mulheres empregadas estão praticamente fora dessa atividade já que 91,8% delas se ocupam em atividades não agrícolas. Essa tendência da ocupação feminina fora da agricultura já foi apontada por outros estudos que consideraram outros períodos e cortes populacionais (BALSA-DI, 2012b; FIGUEIREDO *et al.*, 2011). Entre as empregadas rurais os segmentos de atividade mais

frequentes são serviços domésticos, educação, saúde e serviços sociais, e comércio - atividades tipicamente femininas, como já apontado pela literatura (BRUSCHINI, 2007). Particularmente no rural metropolitano, 30,2% das empregadas rurais exercem atividade de serviços domésticos, 12,7% ocupam-se na indústria de transformação, 12,6% nos setores da educação, saúde e outros serviços sociais, e 9,6% no comércio e reparação.

Os homens empregados com residência rural têm como principais atividades, além da agricultura, a indústria de transformação, a construção, e o comércio e reparação, particularmente no rural metropolitano. Neste espaço, esses três setores respondem, juntos, por 46,8% das ocupações.

Tabela 5 – Distribuição dos empregados por grupamento de atividade no trabalho principal por gênero e tipo de área rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

Setor de atividade (%)	Feminino		Masculino	
	Não Metrop.	Metrop	Não Metrop.	Metrop
Agrícola	50,0	8,2	68,3	14,3
Não agrícola	50,0	91,8	31,7	85,7
Outras atividades industriais	0,0	0,0	1,2	1,7
Indústria de transformação	6,3	12,7	8,4	18,3
Construção	0,1	0,4	5,2	12,0
Comércio; reparação	5,3	9,6	4,9	16,5
Alojamento; alimentação	2,4	6,7	0,8	4,0
Transp., armazenamento, comunicações	0,4	2,5	2,2	8,5
Administração pública	3,5	2,2	3,1	2,3
Educação; saúde; serviços sociais	13,1	12,6	1,7	4,4
Serviços domésticos	16,8	30,2	2,0	6,3
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	1,0	4,4	0,9	4,7
Outras atividades	1,1	10,4	1,2	7,0

Fonte: IBGE (2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

Pela Tabela 6 constata-se a maior precariedade do trabalho feminino, caracterizada pela proporção de mulheres trabalhando sem remuneração e/ou em modo informal. Tal precariedade é ainda mais grave quando analisadas apenas as empregadas rurais, entre as quais aproximadamente 45% são não remuneradas, situação típica da pequena agricultura familiar onde membros da família – em geral esposas e filhos – auxiliam nas atividades agrícolas sem receber remuneração. A proporção de homens nessa situação é menos da metade (21,4%) no rural não metropolitano e 3,4% no rural metropolitano.

A formalização no trabalho, medida pela proporção de empregados com carteira de trabalho assinada, é sempre mais alta no rural metropolitano para ambos os sexos, porém, as diferenças de gênero são substantivas, de aproximadamente 10 pontos percentuais (p.p.). Para o total das empre-

gadas do rural não metropolitano, apenas 23,5% tinham carteira assinada, ou seja, os benefícios da seguridade social atingiam menos de 1/4 desse grupo. Os homens empregados nesse mesmo espaço também apresentam alta informalidade, com apenas 1/3 com carteira assinada.

Considerando apenas os empregados remunerados, nota-se pela mesma tabela uma aproximação do grau de formalização entre gêneros, porém permanecem as disparidades de local, com diferenças de mais de 20 p.p entre o rural metropolitano e o não metropolitano para ambos os grupos.

Nesse sentido, a proximidade com a metrópole pode significar melhores condições no trabalho, pela maior formalização e menor proporção de trabalhadores sem remuneração. Por outro lado, o trabalho não remunerado da mulher no meio rural pode ser considerado não apenas uma expressão da precariedade do trabalho feminino, como também do pouco valor atribuído a este pela sociedade brasileira.

Tabela 6 – Empregados com carteira assinada e sem carteira assinada, segundo o gênero e tipo de área rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

Empregados ocupados segundo o trabalho principal	Feminino		Masculino	
	Não Metrop.	Metrop	Não Metrop.	Metrop
% com rendimento positivo	55,2	91,1	78,6	96,6
% não remunerado	44,9	8,9	21,4	3,5
Empregados c/ rendimento positivo				
% sem carteira assinada	56,9	38,8	57,9	30,7
% com carteira assinada	43,1	61,2	42,1	69,3
Todos os empregados				
% sem carteira assinada	76,2	44,3	66,9	33,1
% com carteira assinada	23,8	55,7	33,1	66,9

Fonte: IBGE (2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

Segundo a Tabela 7, 66,2% da PEA rural trabalha de 15 a 44 horas no trabalho principal, enquanto que 27,3% estão em situação de sobretrabalho, com jornadas de mais de 44 horas semanais. Nesse aspecto, os homens estão em pior situação do que as mulheres nos dois tipos de rural, sendo que 41,1% dos residentes no rural metropolitano trabalham mais que 44 horas por semana. Nota-se também que neste espaço tanto homens como mulheres têm jornadas diárias mais extensas do que aquelas constatadas no rural não metropolitano. No grupo das mulheres a proporção com jornadas

menores que 15 horas diárias é mais frequente do que no grupo masculino, atingindo 10,5% no rural não metropolitano.

Tanto as jornadas de trabalho com mais de 44 horas como as com menos de 15 horas são indicadoras de situações de trabalho precário: sobretrabalho no primeiro caso, e jornada insuficiente, no segundo. Os homens em geral estão no primeiro grupo, enquanto que as mulheres estão no segundo grupo, com jornadas insuficientes para seu potencial de trabalho, confirmando a idéia de trabalho secundário apontado por Abramo (2007).

Tabela 7 – Jornada diária no trabalho principal dos empregados rurais segundo o gênero e tipo de área rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

Grupo de horas	Feminino		Masculino		Total
	Não Metrop.	Metrop	Não Metrop.	Metrop	
% até 8 h	3,3	1,9	1,3	1,1	2,0
% de 9 a 14 h	7,2	2,6	3,4	0,8	4,5
% de 15 a 44 h	74,5	73,7	61,2	57,0	66,2
% mais de 44 h	14,9	21,8	34,1	41,1	27,3
Total	2.079.751	243.949	3.250.933	346.170	5.920.803

Fonte: IBGE (2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

Quanto aos rendimentos, observa-se inicialmente pela Tabela 8 que nos dois tipos de rural as mulheres recebem rendimentos substancialmente menores do que os dos homens. No trabalho principal o salário das mulheres era equivalente a 59% do verificado para os homens empregados no rural não metropolitano (R\$ 253,30, contra R\$ 429,40).

No rural metropolitano as diferenças por sexo são menores, mas, mesmo assim, o rendimento da mulher equivalia a 72% do rendimento médio masculino. Resultados semelhantes foram encontrados em vários trabalhos, como, por exemplo, em Hoffmann e Leone (2004), Bruschini (2007), Fundação Carlos Chagas (2007) e Figueiredo e Branchi (2012).

Tabela 8 – Principais fontes de rendimentos dos empregados rurais segundo o gênero e tipo de área rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

	Feminino			Masculino	
	Total	Não-Metrop.	Metrop	Não-Metrop.	Metrop
Rendimento médio de todas as fontes (R\$)	443,6	342,0	665,6	466,6	932,9
Rendim. médio no trabalho principal (R\$)	400,2	253,3	614,1	429,4	858,1
Proporções (%)					
Rendimento no trabalho principal	90,2	74,1	92,3	92,0	92,0
Rendimento de todos os trabalhos	93,1	77,5	94,2	94,8	94,1
Aposentadorias e pensões	6,9	14,4	4,5	3,7	4,8
Aluguel	0,6	0,3	0,2	0,7	1,0
Doações	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0
Juros, dividendos, transferências através de programas sociais e outros	2,6	7,6	1,0	0,8	0,2

Fonte: IBGE (2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

Pela mesma tabela, o rendimento dos empregados no trabalho principal contribui, em média, com cerca de 90% para o rendimento total, sendo apenas 74,1% entre as empregadas do rural não metropolitano. Para estas, as aposentadorias e pensões correspondem a 14,4% do rendimento total, enquanto que para os homens, apenas 3,7% do total. Outro resultado interessante é a maior importância dos rendimentos de juros, dividendos e programas sociais para as empregadas não metropolitanas, sendo que nesse caso é de se esperar que os rendimentos dessa fonte sejam constituídos, predominantemente, de transferências relativas

aos programas de combate à pobreza, como apontado por Figueiredo e Branchi (2012).

Com os dados da Tabela 9 pretende-se fazer uma aproximação sobre a questão da pobreza rural segundo o gênero e o tipo de rural⁷. Considerando-se todos os empregados da amostra anali-

⁷ A rigor, as medidas de pobreza de uma população devem ser desenvolvidas a partir do rendimento domiciliar per capita, ou então pelo rendimento familiar per capita. Dessa forma, as informações deste trabalho têm apenas a pretensão de ajudar a entender a distribuição dos empregados segundo faixas de rendimentos, ou seja, mensurar as proporções de trabalhadores que recebem salários que não atingem o salário mínimo vigente e proporções deste.

sada, inclusive os não remunerados, observou-se que aproximadamente 55% tinham rendimentos inferiores a um salário mínimo, que, em 2009, equivalia a R\$465,00. Entre as mulheres a situação é mais grave, particularmente no rural não metropolitano, onde 70% destas recebiam menos de 1 salário mínimo no trabalho principal. Vale lembrar que nesse corte 44,1% não recebiam qualquer remuneração pelo seu trabalho, o que se reflete, também, nas altas proporções de empregadas rurais não metropolitanas com

rendimentos menores do que 1/2 e 1/4 de salário mínimo.

Excluindo da análise os trabalhadores não remunerados, ainda resulta que 24,5% das mulheres e 29,9% dos homens do rural não metropolitano recebem menos de 1 SM no trabalho principal, e 7,5% das empregadas e 4,5% dos empregados nesse tipo de rural recebiam menos de 1/4 de salário mínimo. Ou seja, as baixas remunerações no trabalho principal são mais frequentes no rural não metropolitano e entre as mulheres empregadas.

Tabela 9 – Distribuição dos rendimentos do trabalho principal dos empregados rurais segundo classes de rendimento com base no salário mínimo corrente de 2009 e valor do Índice de Gini, por gênero e tipo de rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

Classes de rendimento	Feminino		Masculino		Total
	Não Metrop	Metrop	Não Metrop.	Metrop	
Incluindo pessoas com rendimento nulo					
% com Rendimento = 0	44,9	8,9	21,4	3,4	28,1
% com Rendim. < 1 SM (<R\$465)	69,3	26,3	51,3	14,1	54,4
% com Rendim. < 1/2 SM (<R\$232,5)	61,5	16,6	34,3	6,3	41,5
% com Rendim. < 1/4 SM (<R\$116,25)	52,3	10,8	25,6	4,3	33,1
Índice de Gini	0,666	0,381	0,489	0,357	0,547
Excluindo pessoas com rendimento nulo					
% com Rendim. < 1 SM (<R\$465)	24,5	17,4	29,9	10,7	26,4
% com Rendim. < 1/2 SM (<R\$232,5)	16,7	7,7	12,9	2,9	13,5
% com Rendim. < 1/4 SM (<R\$116,25)	7,5	1,9	4,2	0,9	5,1

Fonte: IBGE (2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

A desigualdade da distribuição dos rendimentos nos grupos estudados foi avaliada pelo Índice de Gini (G)⁸, verificando-se, pela mesma tabela, que a desigualdade de rendimentos é maior entre as mulheres do rural não metropolitano, com G = 0,666. A menor desigualdade está entre os homens da região metropolitana, com G = 0,357. No primeiro caso, a distribuição inclui 44% de mulheres com rendimento nulo, o que certamente contribui para o resultado dessa medida. Em geral, a desigualdade é maior no rural não metropolitano.

Visando estudar outros aspectos, que não o da renda, associados à qualidade de vida dos trabalhadores, são considerados alguns indicadores que

expressam o acesso a bens duráveis e à qualidade dos domicílios em que vivem esses empregados (Tabela 10). Com base nesses indicadores foram calculados índices de Qualidade de Vida Rural (INVR), como proposto por Kageyama (2008). O INVR é calculado como uma média das proporções de trabalhadores que têm em seus domicílios: água encanada, banheiro, escoamento sanitário, luz elétrica, geladeira e telefone (fixo ou celular).

Pelos resultados, as diferenças por sexo do trabalhador são pouco relevantes, enquanto que as diferenças por tipo de rural atingem aproximadamente 20 p.p. para ambos os gêneros, notadamente devido às menores proporções de domicílios com telefone, geladeira água e principalmente escoamento sanitário no rural não metropolitano.

8 O índice de Gini varia entre 0 e 1, valendo zero no caso de perfeita igualdade e um no caso de perfeita desigualdade.

Tabela 10 – Proporção dos empregados residentes em domicílios com água, banheiro, escoamento sanitário, luz elétrica, geladeira e telefone, e índice de qualidade de vida rural (INVR) segundo o gênero e tipo de área rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

Proporção dos residentes	Feminino		Masculino		Total
	Não Metrop.	Metrop	Não Metrop.	Metrop	
IAGUA	73,7	90,8	67,9	87,9	72,1
ISANIT	86,4	98,5	83,7	97,6	86,1
IESGO	26,6	75,7	22,4	71,7	29,1
ILUZ	94,2	99,7	93,3	99,6	94,3
IGELA	81,5	97,8	76,5	95,3	80,2
ITELEF	65,7	92,9	59,2	90,9	64,7
INVR	71,3	92,6	67,2	90,5	71,1

Fonte: IBGE (2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

A Tabela 11 apresenta os valores dos índices parciais da qualidade do emprego e variáveis consideradas na composição de cada índice parcial. Quanto à formalidade no emprego, constatou-se que os empregados homens do rural metropolitano atingiram valores mais altos em todos os indicadores estudados, exceto quanto à jornada de trabalho. Em seguida, encontram-se as empregadas da mesma região. Comparativamente aos demais grupos, as mulheres do rural não metropolitano estão em pior situação quanto à proporção com carteira assinada ou com contribuição para a previdência. Como resultado, o Índice Parcial de Formalidade, indica que no rural não metropolitano a formalização no emprego é menor, enquanto que dentro de cada corte espacial as diferenças entre homens e mulheres são, no total, pouco relevantes. A mulher leva vantagem com relação à extensão da jornada mais condizente com uma jornada normal, enquanto que os homens têm vantagem na formalização no emprego. No entanto, no item ter carteira de trabalho assinada, que é o principal indicador de formalização, as mulheres estão em desvantagem nas duas regiões e ainda pior na região rural não metropolitana onde apenas 23,8% delas tinham

trabalho formal, resultado esse possivelmente decorrente da associação entre formalização no trabalho e região metropolitana.

Pela mesma tabela, os resultados do Índice Parcial de Rendimento e seus componentes refletem acentuadas disparidades locacional e de gênero. Analisando apenas os empregados rurais metropolitanos verifica-se que em média os homens atingiram 88 pontos no valor desse índice, contra aproximadamente 59 pontos entre as empregadas nesse mesmo tipo de rural, ou seja, uma divergência de aproximadamente 29 pontos. As disparidades são ainda mais marcantes entre os tipos de rural.

Com relação aos auxílios, em geral os benefícios são mais frequentes entre os empregados residentes no rural metropolitano, particularmente os auxílios para transporte e alimentação. O auxílio saúde está mais presente no rural metropolitano, já que provavelmente associado à maior formalização do empregado. A maior proporção de mulheres recebendo benefícios no rural metropolitano deve estar associada ao tipo de ocupação (empregada doméstica), e à possível compensação para os baixos rendimentos e o emprego não remunerado.

Tabela 11 – Variáveis que compõem os índices parciais de Formalidade, Rendimento e Auxílios segundo o gênero e tipo de rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

	Feminino		Masculino		Total
	Não Metrop.	Metrop	Não Metrop.	Metrop	
Índice Parcial de Formalidade	56,9	72,2	56,2	72,9	58,1
Carteiraassinada_1	23,8	55,7	33,1	66,9	32,7
Contribui para previdência	32,4	60,0	36,4	69,3	37,9
Idade_maior15	96,8	99,5	93,9	98,5	95,4
15 a menos de 45 h/semana	74,5	73,7	61,2	57,0	66,2
Índice Parcial de rendimento	9,1	59,1	31,3	88,0	28,0
% com RT_TP maior que 1 SM	18,3	58,5	33,5	76,0	31,7
Rendim médio TP padronizado	0,0	59,7	29,1	100,0	24,3
Índice Parcial de Auxílios	13,4	29,8	14,2	26,8	15,8
Auxílio moradia	10,0	5,5	23,0	8,6	17,4
Auxílio alimentação	31,4	60,0	25,7	50,7	31,0
Auxílio transporte	16,8	61,6	14,5	51,8	20,5
Auxílio educação	1,3	2,9	0,9	1,9	1,2
Auxílio saúde	7,5	18,8	7,2	20,8	8,9

Fonte: IBGE (2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

Os valores dos índices da qualidade do emprego rural, consolidados a partir dos índices parciais acima descritos, apresentados na Tabela 12, revelam que a proximidade à metrópole melhora a qualidade do emprego rural, tanto masculino quanto feminino, mas parece exercer efeito mais favorável sobre a qualidade do emprego masculino.

Em geral, as empregadas rurais não metropolitanas estão em situação mais desfavorável, e em segunda posição mais desfavorável estão os empregados desse mesmo espaço rural. Observa-se, ainda, a presença de maior disparidade por sexo no rural metropolitano, onde o valor do índice IQE entre os homens supera em 8,9 pontos aquele ob-

servado para as mulheres. No rural não metropolitano a diferença é de 7,4 pontos. Essas disparidades se ampliam para o índice IQE*, já que neste as componentes renda e formalização têm maior peso.

Assim, permanece a visão do trabalho feminino secundário, caracterizado por ser pouco valorizado, com limitado amparo nas leis trabalhistas, e remunerações menores comparativamente às dos homens. Tais condições estão associadas à baixa qualidade do emprego das empregadas rurais, constatada pelos resultados deste estudo, assim como às diferenças das condições regionais do emprego rural.

Tabela 12 – Índices de Qualidade no Emprego para os empregados rurais segundo o trabalho principal, por gênero e tipo de rural no conjunto de Unidades da Federação estudadas^(a). Brasil, 2009

	Feminino		Masculino		Média
	Não Metrop.	Metrop	Não Metrop.	Metrop	
IQE ^(b)	26,5	53,7	33,9	62,6	34,0
IQE* ^(c)	29,1	58,5	37,8	69,7	37,6
IQE** ^(d)	24,3	57,2	35,4	71,2	34,6

Fonte: IBGE (2009). Elaboração dos autores a partir de dados do Pnad 2009.

(a) Os resultados se referem à área rural dos estados de PA, CE, PE, BA, RJ, MG, SP, PR e RS.

(b) $IQE = 1/3 TRAB_FORMAL + 1/3 TRAB_REND + 1/3 TRAB_AUX$

(c) $IQE^* = 0,4 TRAB_FORMAL + 0,4 TRAB_REND + 0,2 TRAB_AUX$

(d) $IQE^{**} = 0,3 TRAB_FORMAL + 0,5 TRAB_REND + 0,2 TRAB_AUX$

5 Considerações finais

Estudos sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho rural têm apontado para grandes disparidades nos rendimentos dos trabalhadores, no grau de formalização do emprego e na qualidade do emprego rural, situando a mulher trabalhadora em uma condição de inferioridade em todos esses aspectos. Também têm mostrado, assim como neste trabalho, que a mulher ocupada tem maior grau de instrução, está mais presente no mercado de trabalho na posição de empregada, e nas atividades de prestação de serviços domésticos e serviços sociais e coletivos.

Este trabalho buscou contribuir para o estudo das disparidades de gênero na qualidade do emprego rural, incorporando uma dimensão espacial à análise. Ou seja, busca comparar a qualidade do emprego das mulheres e homens em dois espaços rurais – metropolitano e não-metropolitano – com o objetivo de identificar se há diferenças nas disparidades de gênero entre esses dois espaços.

Considerando os índices da qualidade, o emprego como medidas sintéticas da qualidade de emprego cuja composição inclui tanto as remunerações quanto outros fatores que levam a qualificar o tipo de emprego, constatou-se que as mulheres trabalhadoras rurais em 2009 desfrutavam de um nível de qualidade de emprego inferior ao masculino, particularmente no rural não metropolitano. Esse resultado é imputável primordialmente à componente das remunerações: o rendimento médio das empregadas rurais é muito baixo, sendo que, independente do tipo de rural, mais da metade delas recebia menos de um salário mínimo, e 44% das empregadas rurais não metropolitanas se inseriam no grupo de trabalhadores ocupados não remunerados, confirmando que, numa estratégia familiar de participação no mercado de trabalho, as mulheres continuam como uma força de trabalho secundária, complementando a renda familiar em momento de necessidade e/ou participando com maior precariedade, como já apontado por Abramo (2007).

Pela comparação entre os dois cortes de rural, a qualidade do emprego é sempre inferior nas regiões não metropolitanas para ambos, homens e

mulheres, sendo que as componentes rendimento e formalização são novamente decisivas para esse resultado. Conseqüentemente, as mulheres do rural não metropolitano encontram-se em desvantagem, já que detêm os menores níveis de rendimento e de formalização no trabalho. Também se deve apontar que, diferentemente do esperado, a proximidade com a metrópole não contribui para diminuir as disparidades de gênero quanto à qualidade do emprego.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa CNPq 402485/2010-6. Uma versão deste artigo foi apresentada no 51º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

Referências

- ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. 327 f. Tese (Doutorado em Sociologia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.
- ARRAES, N.A.M.; ARONI, R. Famílias pluriativas no rural metropolitano campineiro: uma situação em transição. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu-MG: ABEP, 2008. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais/anais-2008-sessões-depôsteres>>. Acesso em: 12 maio. 2012.
- BALSADI, O. V. **Características do Emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90.** 2000. 169 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente)– Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- BALSADI, O. V.; GRAZIANO DA SILVA, J.F. A polarização da qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 1992-2004. **Econ. Soc.**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 493-524, dez. 2008.

BRANCHI, B.A.; FIGUEIREDO, N.M.S. Famílias rurais nas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo: diversificação dos rendimentos e estratégias familiares segundo o gênero do chefe com base no Censo 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 2012, Águas de Lindóia-SP. **Anais eletrônicos...** Águas de Lindóia-SP: ABEP, 2012. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/site/anais.php?id=56>>. Acesso em 20 maio 2012.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, p.537-572, set/dez. 2007.

FIGUEIREDO, N. M. S.; BRANCHI, B. A. O espaço rural nas regiões metropolitanas brasileiras: um rural diferente. In: FERREIRA NETO, J.A.; ENLOFT, C.J.; GONÇALVES, R. L. (Org.) **Desenvolvimento rural, sustentabilidade e ordenamento territorial**. Visconde do Rio Branco-MG: Suprema, 2011. p. 239-254.

FIGUEIREDO, N.M.S; BRANCHI, B. Diferenças de gênero no rural metropolitano brasileiro em 2009. In: ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL NOVAS TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2., 2012, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2012.

FIGUEIREDO, N.M.S; BRANCHI, B.; KAGEYAMA, A. Trabalhadores e famílias rurais na Região Metropolitana de São Paulo: diversificação dos rendimentos e características familiares em 2008. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 38, n.1. p.133-162, 2012a.

FIGUEIREDO, N.M.S.; BRANCHI, B.A.; SAKAMOTO, C. Evolução da qualidade do emprego rural no Brasil e Regiões entre 2004 e 2009 sob uma perspectiva de gênero. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 23, n. 2(42), p. 223-245, jul.-dez., 2012b.

FIGUEIREDO, N. M. S.; OLIVEIRA E SILVA, P.A. Caracterização da população economicamente ativa, residente no meio rural na Região Metropolitana de Campinas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais eletrônicos...** Rio Branco: Sober, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/739.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Banco de Dados Sobre o Trabalho das Mulheres**. 2007. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/bdmulheres/>>. Acesso em: 10 maio 2012.

GROSSI, M. del; GRAZIANO DA SILVA, J. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 201-216, jun. 2006.

HOFFMANN, R. **Distribuição da renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Edusp, 1998.

HOFFMANN, R.; LEONE, E.T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, v. 14, n. 2, p. 35-58, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – **Notas Técnicas**, v. 28, Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – **Microdados (CD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural. Conceitos e Aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, A.; REHDER, P. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 23-44, 1993.

NASCIMENTO, C.A.; MENDES, S.R.; SOUTO, I.J.G.; OLIVEIRA, R.B. A Qualidade das Condições de Trabalho dos Empregados Rurais na Região Sul (2002 e 2005). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais eletrônicos...** Rio Branco: Sober, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/328.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

SANTOS, A. F.; BERTOTTI, L.G.; SOUZA, C.R. de; CORONA, H.M.P.; SOUZA, O.T. de; DIAS, J.B.; QUEIROGA, J.L. de. O rural da região metropolitana de Curitiba sob a ótica interdisciplinar: multidimensional e complexo. **Revista de Ciências Exatas e Naturais**, v. 6, n. 1, p. 75-96, jan.-jun. 2004.

VEIGA, J. E.da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p.333-353, 2006.